

## **Profissionalização para o Magistério Superior: professor substituto em foco<sup>1</sup>**

Marcella Thaiane de Lima Silva\*, Kátia Maria da Cruz Ramos\*\*

\*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Brasil, \*\*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Brasil

### **Resumo**

O presente estudo situa-se no campo da formação de professores, especificamente no que diz respeito à temática da profissionalidade docente, tendo como foco de atenção a profissionalização para o Magistério Superior. Nomeadamente congregando dados de uma pesquisa em desenvolvimento, no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que tem como propósito compreender elementos que contribuem no processo de construção da profissionalidade docente de profissionais que se encontram na condição de Professor Substituto. No caso, profissionais contratados por tempo determinado (máximo dois anos) para atender a uma necessidade temporária de excepcional interesse público, recrutado via processo seletivo para desenvolver exclusivamente atividade de ensino – pois o contrato não resguarda atividade de pesquisa e extensão, bem como apoio de monitores. Tal pesquisa tem por base estudos que se filiam ao campo da Pedagogia Universitária e a análise de conteúdo como procedimento privilegiado para interpretação dos dados, cuja recolha está sendo efetuada no âmbito dos doze centros acadêmicos da UFPE. E os primeiros dados recolhidos, para além de indicarem que a UFPE em consonância com a política nacional vem contratando esse tipo de profissional desde 1993, confirmam que a condição de Professor Substituto é uma característica do cenário neoliberal na educação. Notadamente no que diz respeito à repercussão numa profissionalização docente para o Magistério Superior atrelada a um enfraquecimento do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que caracteriza a instituição universitária.

**Palavras-chave:** Magistério Superior; Profissionalização Docente Universitária; Professor Substituto.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da concessão de bolsa de mestrado.

## **Introdução**

O debate sobre a temática da profissionalização docente vem ganhando espaço no cenário educacional. Principalmente na transição do século XX para o século XXI tal debate tornou-se mais presente nas pesquisas em educação, inclusive tratando de aspectos pertinentes à docência no ensino superior. No âmbito desses aspectos chama-nos a atenção o silêncio quase absoluto relativo à questão da presença do Professor Substituto (PS) nas instituições públicas de Ensino Superior (ES) que, amparado na Lei 8745/93 (Brasil, 1993), trata-se de um profissional com vínculo temporário e muitas vezes ainda em processo de formação na pós-graduação *stricto sensu*.

É a partir dessa ideia que o presente estudo congrega dados de uma pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação (PPGE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que tem como objetivo compreender elementos que contribuem no processo de construção da profissionalidade docente de profissionais que se encontram na condição de Professor Substituto. Para tanto, o texto inicialmente trata das origens do estudo, juntamente com uma breve consideração acerca do debate sobre a temática. A docência no ES em geral e da profissionalidade docente em particular é objeto de atenção do segundo ponto. E por fim, delineamos os primeiros resultados sinalizando que a contratação de PS está cada vez mais continua configurando-se como regra no lugar de exceção.

## **Origens do estudo**

Embora a Lei 8745/93 explicita que se trata de contratação para atender a uma necessidade temporária, ao longo da graduação em Pedagogia, de 2010 a 2015, convivemos com PS cuja presença vem tornando-se comum nos da UFPE. Tal profissional é recrutado via processo seletivo, podendo atuar até dois anos, exclusivamente em atividade de ensino.

Nesse período tivemos a oportunidade de conversar com esses professores através de conversas informais, geralmente ao fim das aulas, tivemos conhecimento de aspectos da rotina destes profissionais, principalmente relacionados à organização e ao planejamento das aulas.

No quadro das rotinas apresentadas foi possível agrupar aspectos relacionados a condições de trabalho e à falta de experiência docente na docência no ES. No relativo a

condições de trabalho foram destacados como elementos de dificuldade para o exercício docente, principalmente, a carga horária extensa, cansaço físico e intelectual, quantitativos de estudantes em sala (turmas lotadas), lecionar no período noturno, falta de material didático e, ainda, a falta de interesse de alguns estudantes. Em relação à falta de experiência na docência, foram realçados o medo, a insegurança, o nervosismo, a dificuldade em ter bom relacionamento com os estudantes bem como dificuldades em gerir o tempo pedagógico em sala de aula e estabelecer critérios avaliativos claros.

Nesse processo começamos a despertar uma curiosidade acerca do PS. Em função disso optamos por ter como objeto de atenção no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) as representações sociais da profissão docente de professores substitutos iniciantes na docência no Ensino Superior que atuavam na UFPE.

No âmbito do TCC foram salientados aspectos positivos e negativos da experiência docente na UFPE e expectativas relativas à carreira docente na universidade. E também foram destacadas atitudes de acolhimento e de apoio por parte de professores mais experientes e dos próprios orientadores, além de trocas de experiências entre colegas que também se encontravam na função de PS. No caso, uma representação social positiva da profissão docente em termos da compreensão de professor como mediador.

Esses resultados sinalizam que a experiência como PS revela-se como um espaço de profissionalização docente. E a representação positiva, acima explicitada, consideramos como orientadora da conduta dos professores em questão por compreendermos que tem influência no desenvolvimento profissional, em termos de elementos constitutivos da profissionalidade docente.

Foi a partir desse entendimento que ao intencionar ingressar no Mestrado pareceu-nos oportuno ampliar o estudo sobre professores substitutos na UFPE, no que se refere à construção da profissionalidade. Nomeadamente por entendermos que na condição de PS os profissionais encontram no próprio campo de trabalho um espaço privilegiado de profissionalização docente.

E no intuito de tecer considerações sobre o debate acerca dessa temática realizamos um levantamento de produções acadêmico-científicas relacionadas à profissionalidade docente na sua relação com PS. Para tanto, tivemos como corte temporal o período de 1993 a 2016, e como descritores os termos Profissionalidade Docente e Professor Substituto ou Temporário, no âmbito da Docência no Ensino Superior.

O corte temporal justifica-se por ser um período de consolidação da legislação brasileira específica, Lei Nº 8.745/1993 que dispõe sobre a contratação por tempo

determinado. Convém dizer que apesar de termos adotado o ano de 1993, a partir do nosso levantamento constatamos que as produções sobre a profissionalidade docente aparecem de forma mais significativa a partir dos anos 2000, momento em que o debate aparece mais forte em torno do nosso objeto.

As fontes consultadas foram as pesquisas que constam no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, os trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFPE e trabalhos publicados em Anais de Reuniões da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), especificamente nos Grupos de Trabalhos GT4-Didática (GT4), GT8-Formação de Professores (GT8) e GT11-Política de Educação Superior (GT11).

E o conjunto dos trabalhos localizados nas três fontes evidencia que ainda há poucos estudos voltados para a questão da profissionalidade docente no âmbito da docência no ES, especificamente no que se refere a sua relação com Professor Substituto. E os trabalhos que tratam do PS têm em comum aspectos negativos da condição institucional desse profissional. Notadamente chamando a atenção para o fato de que o trabalho profissional do PS é bem particular ao cenário neoliberal na educação, no que se refere à submissão ao cenário mercadológico, na direção de uma mão de obra de preferência barata.

### **Docência no Ensino Superior: profissionalidade docente em questão**

Tratar da profissionalidade docente requer, entre outros, tecer considerações sobre profissão bem como profissão docente. O debate sobre profissão aponta para a pertinência de se considerar a dimensão social e metodologias relacionadas ao estudo dessa temática, em termos de considerar a complexidade envolvida no universo de uma profissão (Dubar, 1997).

Segundo Nóvoa (1991) a história da profissão docente é marcada por lutas e a presença do Estado no histórico da profissão-professor representa um divisor de águas. Ao tecer considerações sobre o contexto brasileiro Weber (2003) aponta a intervenção do Estado, a jurisdição, o estabelecimento de agência formadora, a fundação de associações e a criação de organizações, como fundamentais para o desenvolvimento da profissão docente, indicadores importantes da passagem de uma ocupação para uma profissão.

Indo além da intervenção estatal Tardif e Lessard (2005:35) entendem que “a docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma capacidade de resistir ou

participar da ação de professores". Para esses estudiosos constituem-se características da profissão docente: a relação interpessoal, o respeito com o outro, a humildade e principalmente o trabalho em equipe. No caso, eles consideraram que a profissão docente é um trabalho de interação humana, uma profissão de relações.

Ao compreender a docência como uma profissão de relações, Roldão (2005:117) afirma que "[...] a função de *ensinar*, assim entendida, é alguma coisa que lhe é específica, que outros actores, se possuírem saberes apenas conteudinais idênticos, não saberão fazer". Nesse quadro, tal caráter permite afirmar a docência como profissão, notadamente a partir do reconhecimento de uma função que lhe confere uma profissionalidade.

No caso, por ser parte integrante da profissão, a profissionalidade está inscrita em um processo histórico de mudanças, pois o fazer profissional está articulado a demandas em termos da função que lhe é atribuída do ponto de vista social, institucional e pessoal.

Para Roldão (2005) profissionalidade pode ser definida como um conjunto de atributos, socialmente construídos, que permitem distinguir uma profissão de outros muitos tipos de atividade. Essa autora define a profissionalidade a partir de quatro descritores, quais sejam: 1) o reconhecimento social da especificidade da função associada à atividade; 2) o saber específico indispensável ao desenvolvimento da atividade e sua natureza; 3) o poder de decisão e autonomia sobre o trabalho desenvolvido e 4) a pertença a um corpo coletivo que partilha, regula e defende o saber que o legitima.

Aprofundando essa compreensão Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004:53) afirmam que profissionalidade "é concebida como estado bem como processo e ainda como um conjunto de características de uma dada profissão que tem uma natureza mais ou menos elevada segundo os tipos de ocupação." E Contreras (2002) tece considerações sobre três dimensões da profissionalidade, a saber: 1) a obrigação moral; 2) o compromisso com a comunidade e 3) a competência profissional. No que se refere à obrigação moral o autor advoga que o aspecto moral do ensino se relaciona com a dimensão emocional presente na relação educativa.

Em suma, compreendemos que a profissionalidade é o alicerce da profissão, compõe a função docente professor, as características da profissão, bem como as ações que constituem o exercício e as especificidades da profissão docente. É a partir dessa lente que passamos a tecer considerações sobre docência no Ensino Superior.

Estudiosos como Masetto (2003) consideram que a docência universitária tem passado por transformações, em termos de um movimento que busca superar a visão de docente como transmissor de conhecimentos, na direção de reconhecimento de que a docência requer a aquisição e a mobilização de diferentes saberes que vão se constituindo ao longo da profissão

professor (Cunha, 2007). Corroborando essa compreensão, Zabalza (2004) reafirma que o exercício da função de professor no contexto do Ensino Superior tem uma tríplice função: o ensino, a pesquisa e a administração.

No que se refere à formação para o magistério superior, com ênfase no reconhecimento da pertinência do campo em construção da Pedagogia Universitária, vale fazer menção a estudos, entre outros Veiga e Ramos (2013), que vêm enfatizando a necessidade de ruptura com o paradigma cartesiano.

Nesse quadro, a experiência como estudante e a experiência no campo profissional durante muito tempo foram as principais bases formativas (Zabalza, 2004; Ramos, 2008). Mas, diante da valorização da pós-graduação *stricto sensu* como condição para inserção bem como continuidade no magistério superior (Martins, Cunha & Ramos, 2017), cada vez mais essa formação vem assumindo uma centralidade bem como facultando, durante o processo formativo, experiência docente no Ensino Superior aos estudantes.

Sobre a formação para o magistério superior, em nosso país, são comuns iniciativas de formação continuada e de qualificação profissional por meio do ingresso em cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu*. A esse respeito, Cunha (2008:13) afirma que “a ampliação da pesquisa como função universitária consolidou a compreensão de que a pós-graduação *stricto sensu* legitima a docência na educação superior.”

É importante lembrar que a partir do momento em que a pós-graduação é institucionalizada no cenário brasileiro, a legislação educacional - Lei 9394/96 (Brasil, 1996) - aponta no artigo 66 desta Lei que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”.

Esses aspectos elencados acerca da formação para atuar na docência no Ensino Superior refletem um conjunto heterogêneo. Hoje, nas universidades, é comum encontrarmos uma diversidade de profissionais atuando na docência. A esse respeito, Behrens (2003:57) chama atenção para a diversidade de profissionais que têm exercido a docência no Ensino Superior, no caso destaca quatro grupos: profissionais das diversas áreas que se dedicam à docência em tempo integral; profissionais que dedicam ao magistério algumas horas por semana; profissionais que atuam na universidade e também na Educação Básica; e profissionais da área de educação e das licenciaturas que atuam em tempo integral na universidade.

É no conjunto dessa diversidade que chamamos atenção para a presença do professor substituto, que são profissionais temporários, que apresentam formação acadêmica

heterogênea (de graduação ao pós-doutorado) e nem sempre têm experiência profissional bem como docente.

### **Docência no ensino superior: professor substituto em foco**

Notadamente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) políticas neoliberais vêm ganhando espaço principalmente abrindo margem para, entre outros aspectos, contratações temporárias e diminuição de direitos trabalhistas. Nesse cenário, em adesão à lógica capitalista neoliberal as instituições públicas de Ensino Superior vêm contratando Professor Substituto.

Na esfera legal a contratação do PS está amparada pela Lei nº 8.745/1993. No entanto, antes da promulgação da referida Lei, o Decreto 94.664 de 1987 já apresentava disposições gerais para esse exercício profissional. Mas a Lei nº 8745 constitui um importante marco legal por dispor de condições e critérios de contratação desse profissional.

Tratando de questões relacionadas à trajetória institucional do PS Koehler (2006) aponta como aspectos negativos da condição de PS a sonegação de alguns direitos trabalhistas, embora tenham sido apontados como aspecto positivo a realização profissional bem como a oportunidade de melhorar o currículo acadêmico.

No que se refere aos aspectos negativos Rates (2015) aponta um contexto laboral de precarização, em que esses professores não-efetivos convivem com alta carga horária de trabalho e falta de autonomia. E Silva (2016) aponta que docentes têm uma jornada de trabalho muito intensificada que afeta as vivências dos professores em questões de saúde.

Quanto aos aspectos positivos Aimi (2010), ao pesquisar a realidade de professores substitutos nas universidades da Região Sul, aponta que os resultados sinalizaram que é a partir desta experiência que os substitutos se constituem enquanto docentes.

Embora nos estudos também sejam apontados aspectos positivos, o vínculo como PS, em consonância com a lógica capitalista, sinaliza que a universidade vem sofrendo pressão diante de demandas do mercado, num quadro de mercantilização do conhecimento e a alta rotatividade de professores substitutos nas instituições de ensino. Nesse cenário, os professores substitutos, ao submeterem-se à lógica neoliberal, vendem sua força de trabalho e ficam vulneráveis à carga horária de trabalho excessiva, desempenhando a função do que Rios (2001) denomina de “dador de aulas”. Inclusive, nos termos de Leher e Lopes (2008:17), “a proliferação de professores substitutos cujo trabalho é pessimamente remunerado, desprovido

de direitos trabalhistas, pressupõe longas jornadas de trabalho [...], em prejuízo de seus cursos de pós-graduação. [...].”

E tal rotatividade fica patente na UFPE, autarquia educacional que em 2016 completou setenta anos e foi considerada a melhor universidade do Norte/Nordeste ficando em 15ª colocação entre as melhores universidades brasileiras. A UFPE congrega o: Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Centro de Artes e Comunicação (CAC), Centro de Biociências (CB), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Educação (CE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Informática (CIn), Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) e ainda o Colégio de Aplicação (CAp).

No caso, no âmbito dos doze centros acadêmicos da UFPE a rotatividade sinaliza um fluxo contínuo de contratação conforme consta no quadro a seguir.

#### Quantitativo de Professor Substituto contratados pela UFPE de 1996 a 2017

Ano	Centros Acadêmicos												CAp	Reitoria	Total
	CAV	CAA	CAC	CB	CCS	CCEN	CCJ	CCSA	CE	CFCH	CIn	CTG			
1996	-	-	41	20	26	32	18	22	26	22	3	13	2	-	225
1997	-	-	39	12	37	23	8	34	18	14	10	14	1	4	214
1998	-	-	27	10	52	20	15	14	13	13	5	13	5	-	187
1999	-	-	50	14	89	16	16	34	22	15	8	16	-	1	281
2000	-	-	49	8	109	19	23	24	15	15	3	6	-	-	271
2001	-	-	21	6	79	8	10	20	17	10	4	8	-	-	183
2002	-	-	41	11	109	15	28	34	17	22	2	9	-	-	288
2003	-	-	29	6	62	10	6	21	17	10	1	8	-	-	170
2004	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2005	-	-	2	-	5	-	-	1	-	-	-	-	-	-	8
2006	-	-	20	5	95	13	12	25	17	13	1	2	-	-	203
2007	8	2	18	4	75	13	4	22	11	16	-	1	-	-	174
2008	13	9	30	5	54	11	12	20	14	12	-	5	-	-	185
2009	25	16	24	2	106	14	6	15	18	11	-	10	-	-	247
2010	13	5	9	3	58	28	6	18	10	5	1	3	-	-	159
2011	15	13	17	-	77	10	3	14	12	17	-	13	-	-	191
2012	15	11	10	5	59	17	7	8	11	9	-	18	-	-	170
2013	17	24	30	3	75	20	5	17	27	8	6	17	6	-	255
2014	16	17	12	8	44	24	3	10	26	11	-	10	6	-	187
2015	27	24	21	7	63	19	8	23	19	12	3	16	9	-	251



2016	21	21	26	6	48	17	1	11	27	13	1	15	2	-	209
2017	23	24	20	6	40	18	3	14	16	11	4	13	-	-	192
Total	193	166	536	141	1363	347	194	401	353	259	52	210	31	5	4251

Fonte: Progepe/UFPE.

A UFPE em consonância com a política nacional vem contratando professor substituto desde 1993, conforme dados informados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) que constam no quadro acima. Mas só se encontram contemplados os dados relativos ao período de 1996 a 2017 porque os dados relativos ao período de 1993 a 1995 ainda se encontram em fase de sistematização e somente após informatização serão socializados pela PROGEPE. Esses dados referem-se ao quantitativo de contratação de PS por Centro/Ano.

Nesse quadro, chama a atenção a rotatividade e quantitativo de professores contratados pelo CCS que congrega 32% (quase 1/3) do total de contratação. Em contrapartida, o CIn congrega 1,2%, para além de não apresentar um fluxo contínuo.

Diante de contraste dessa ordem bem como do fluxo contínuo de contratação de PS na UFPE, esses dados ratificam a pertinência de caracterizar elementos que vêm contribuindo no processo de construção da profissionalidade docente de professores que se encontram na condição de substitutos na UFPE. Nomeadamente por, entre outros aspectos, possibilitar uma aproximação com a situação de uma universidade que é referência no Nordeste brasileiro. Principalmente na direção de levantar elementos que venham ratificar ou contestar a compreensão de que o processo de contratação crescente de professores substitutos tem colaborado para o enfraquecimento do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que caracteriza a instituição universitária.

## Referências

Aimi, Daniela (2010). *A realidade do professor substituto nas universidades da região sul do Brasil: contribuições para a qualidade do trabalho docente*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Behrens, Marilda (2003). A formação pedagógica e os desafios do mundo moderno. In: Masetto, Marcos (Org.). *Docência na universidade* (9. ed.). (pp. 57-68). Campinas, SP: Papirus.

Brasil (1987). *Decreto Nº 94.664, de 23 de julho de 1987 - Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987*. Recuperado em 10 maio, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d94664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm)

Brasil (1993). *Lei 8745/93 - Dispõe sobre contratação por tempo determinado*. Recuperado em 10 maio, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8745cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm)

Brasil (1996). *Lei nº 9.394 de 20 de novembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Recuperado em 10 maio, 2017, de <https://goo.gl/a7FkLH>

Contreras, José (2002). *A autonomia dos professores* (Sandra Valenzuela, Trad.). São Paulo: Cortez.

Cunha, Maria Isabel (Org.) (2007). *Reflexões e práticas em pedagogia universitária*. Campinas, SP: Papirus.

Cunha, Maria Isabel (2008). Prefácio. In: Cordeiro, Telma & Melo, Marcia (Orgs). *Formação Pedagógica e docência do professor universitário: um debate em construção*. (pp. 13-16). Recife: Editora Universitária.

Dubar, Claude (1997). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais* (Annette Botelho e Estela Lamas, Trad.). Porto: Porto Editora.

Koehler, Solange (2006). *A trajetória institucional/docente do professor substituto da UFSM*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Leher, Roberto & Lopes, Alessandra (2008). Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação. VII Seminário Redestrado – Nuevas Regulaciones en América Latina. *Anais...* Buenos Aires, 3, 4 y 5 de julio.

Martins, Dayliane; Cunha, Tâmara & Ramos, Kátia (2017). *Profissionalização docente na universidade: perfil acadêmico profissional de professores da UFPE*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Masetto, Marcos (Org.) (2003). *Docência na universidade*. (9. ed.). Campinas, SP: Papirus.

Nóvoa, António (1991). Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, v. 4, 109-139.

Ramalho, Betania; Nuñez, Isauro & Gauthier, Clemont (2004). *Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios*. (2. ed.). Porto Alegre: Sulina.

Ramos, Kátia (2008). *Pedagogia Universitária: um olhar sobre um movimento de institucionalização de ações de atualização pedagógico-didática como espaço de reflexão sobre a profissionalidade docente universitária*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Rates, Alessandra (2015). *Quando eu ouço trabalho, dá cansaço, mas ao mesmo tempo, prazer: a dinâmica prazer e sofrimento no trabalho dos professores substitutos da Universidade Federal do Maranhão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz.

Rios, Terezinha (2001). *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. (2. ed.). São Paulo: Cortez.

Roldão, Maria do Céu (2005). Profissionalidade docente em análise: especificidades do ensino superior e não superior. **Nuances: estudos sobre educação**, Santarém, Portugal, ano 11, n. 12, 105-126, jan/dez.

Silva, Maiara (2016). *Desvalorização das condições do trabalho docente: apontamentos iniciais do caso de professores substitutos de uma universidade pública brasileira*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

Tardif, Maurice & Lessard, Claude (2005). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas* (João Kreuch, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Veiga, Ilma & Ramos, Kátia (2013). *Desenvolvimento profissional docente: currículo, docência e avaliação na educação superior*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Weber, Silke (2003). Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 85, 1125-1154.

Zabalza, Miguel (2004). *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas* (Márcia Santos & Karine Silva, Trad.). Porto Alegre: Artmed.